

CADERNO DE QUESTÕES

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N.º 001/2024

CARGO: *Analista Legislativo*



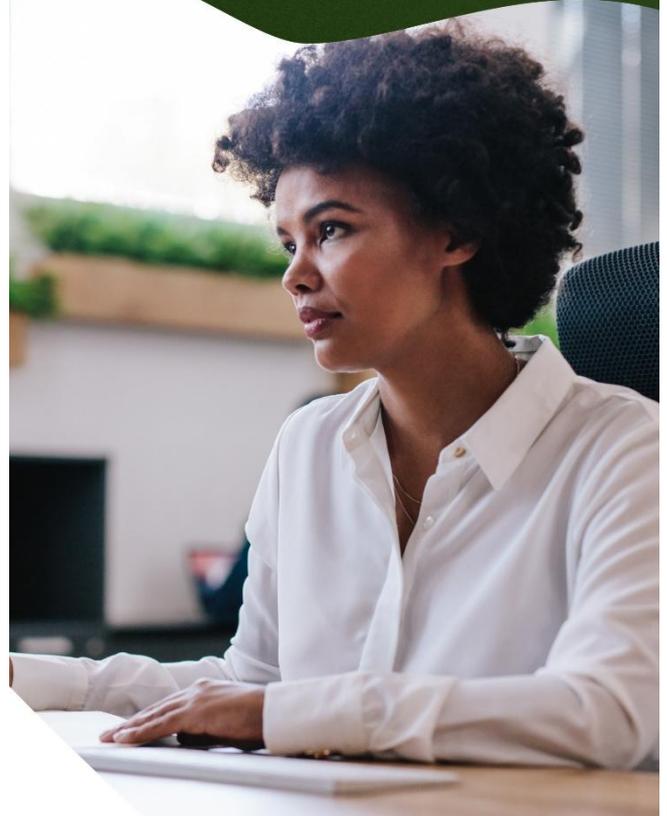
INSTRUÇÕES

- 1) O Caderno de Questões contém 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha (A, B, C, D, E).
- 2) Ao receber o material, confira no Cartão-Resposta, seu nome, número de inscrição, data de nascimento, RG e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) A prova terá duração de 04 (quatro) horas, incluído, neste tempo, o preenchimento do Cartão-Resposta.
- 4) O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de qualquer Cartão-Resposta por erro do candidato.
- 5) Você poderá se retirar, definitivamente, da sala de realização da prova após transcorrido 01 (uma) hora contado do seu efetivo início e poderá levar seu CADERNO DE QUESTÕES ao deixar em definitivo a sala de prova nos 30 minutos que antecedem o término das provas.
- 6) Assine no local indicado no Cartão-Resposta da prova objetiva e no Caderno de Questões.

CONCURSO PÚBLICO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Edital n.º 001/2024



Nº de Inscrição: _____

Assinatura do Candidato: _____

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Crises climática, social e da biodiversidade

O Brasil está vivendo o desenrolar de um processo grave desencadeado pelas mudanças climáticas globais, amplamente previstas por painéis internacionais e especialistas. Eventos extremos, como a histórica seca de 2023-2024 na Amazônia e as chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul em abril, são sinais de uma emergência climática que já deixou de ser uma previsão futura: é a realidade concreta e urgente do país.

Apesar do Acordo de Paris, vigente desde 2016, o mundo não conseguiu frear o aumento das emissões de gases de efeito estufa, que hoje somam 62 bilhões de toneladas por ano. Com isso, tornou-se impossível limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme pretendido pelo tratado. Estamos agora diante de um cenário de aumento médio de até 3°C.

De acordo com os modelos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), um aquecimento dessa magnitude pode resultar, no Brasil, em dias até 4°C mais quentes, além de mudanças no regime de chuvas, que levariam a estiagens no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto o Sudeste e o Sul sofreriam com tempestades mais intensas. Como já vimos nos últimos meses, o prolongamento de estações secas, somado a ondas de calor, cria situação propícia para incêndios de grandes proporções.

Contudo, a crise climática está profundamente interligada com outras questões. Enfrentá-la significa também conter a perda de habitats e a redução da biodiversidade, que são essenciais para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a absorção de carbono. Além disso, a redução da pobreza e das desigualdades sociais é crucial para evitar que os efeitos das mudanças climáticas afetem de forma desproporcional as populações mais vulneráveis.

Essas três crises — climática, da biodiversidade e social —, embora interconectadas, são tratadas de maneira isolada. Entretanto, ecossistemas conservados, eficientes na captura de carbono, não só mitigam o aquecimento global, como também garantem a saúde humana e a manutenção de suas atividades econômicas. Portanto, as estratégias para enfrentar essa nova realidade precisam integrar ações nessas três frentes.

A tarefa adiante é árdua e longa. No entanto, o conhecimento necessário para agir já está disponível. Especialmente no caso brasileiro, há oportunidades que podem ser aproveitadas imediatamente, tanto para evitar cenários climáticos mais catastróficos quanto para preparar o país para eventos extremos que, a essa altura, são inevitáveis.

Segundo o relatório de 2023 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Brasil é o sétimo maior

emissor de gases de efeito estufa (o quarto em emissões per capita). Quase metade dessas emissões (48%) está relacionada ao desmatamento. [...]

Nossa legislação ambiental deverá ser revista. O Código Florestal, de 2012, é a principal política pública nacional de conservação da vegetação nativa, mas foi promulgada sem compreender a devida urgência da crise climática, da biodiversidade, seus impactos sociais e efeitos secundários. Um esforço é necessário no sentido de fortalecer as áreas de Reserva Legal, estabelecidas pela legislação, e de proteção de áreas úmidas. Com isso, é possível advogar por avanços nesse sentido nos âmbitos municipal e estadual.

No entanto, os paradigmas atuais de conservação não são apenas restritivos. Eles também consideram como as comunidades humanas usam e dependem dos ecossistemas. Especialistas debatem o conceito de "paisagens multidimensionais interconectadas" como um caminho para a conservação no século XXI.

Por "multidimensional", entende-se a capacidade de integrar diferentes paisagens e viabilizar seus diversos usos de maneira sustentável. Esse conceito possibilita a criação de estratégias que vão desde a proteção de áreas altamente preservadas, como as florestas amazônicas, até a otimização de zonas urbanas e agrícolas, promovendo a biodiversidade em todos os contextos. A abordagem multidimensional busca, assim, equilibrar conservação e desenvolvimento, permitindo que ecossistemas naturais e áreas produtivas coexistam de forma benéfica e resiliente. [...]

(Disponível em:

https://www.terra.com.br/noticias/crises-climatica-social-e-da-biodiversidade-estao-interligadas-e-devem-ser-atacadas-em-conjunto,a4ba759a72b2f58cc2487dc95e91758e20l6jpyt.html?utm_source=clipboard.

Acesso em: 16 out 2024. Adaptado.)

Questão 01

O texto lido pode ser classificado dentro do gênero artigo de opinião. Considerando suas características, identifique, com base no texto, qual das opções a seguir explica corretamente como o autor utiliza as particularidades desse gênero para desenvolver seu argumento:

- (A) O texto se distingue por sua capacidade de articular diferentes perspectivas sobre as crises interligadas, apresentando argumentos tanto a favor quanto contra as ações propostas, e assim convida o leitor a refletir criticamente sobre a complexidade das soluções necessárias, o que amplia o alcance e a profundidade do discurso opinativo.
- (B) O autor adota uma postura parcial e estritamente informativa, concentrando-se apenas na apresentação de dados científicos e omitindo qualquer tentativa de persuasão, típico de textos que têm como foco a divulgação científica pura.

- (C) Embora o autor mencione problemas sociais e ambientais atuais, o foco principal do texto é fornecer uma análise jurídica sobre o Código Florestal brasileiro, buscando uma revisão legislativa sem envolver questões éticas ou debates sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e justiça social.
- (D) O texto, apesar de fornecer dados e fatos sobre as crises climática, social e da biodiversidade, busca, sobretudo, apresentar uma opinião fundamentada, ao propor a necessidade de uma abordagem integrada e multidimensional, característica comum de artigos que têm o objetivo de convencer o leitor a adotar uma postura crítica.
- (E) A estrutura argumentativa do texto é característica de textos jornalísticos tradicionais, que priorizam o relato de acontecimentos recentes, como as chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul e a seca na Amazônia, sem dar ênfase a análises de longo prazo ou projeções futuras.

Questão 02

Leia o trecho a seguir e identifique a alternativa que apresenta corretamente a análise da coesão entre os termos na construção do texto:

"As mudanças climáticas têm provocado alterações significativas no ecossistema e afetam não apenas a biodiversidade, mas também a vida das comunidades que dependem desse ambiente. Ele, por sua vez, se bem conservado, garante a manutenção das atividades econômicas e a saúde humana."

- (A) A expressão "se bem conservado" retoma "comunidades", enfatizando que a preservação dessas comunidades contribui para a saúde humana e para a continuidade das atividades econômicas.
- (B) O termo "a saúde humana" aparece em oposição à "biodiversidade", sugerindo que os impactos do ecossistema se direcionam a aspectos tanto naturais quanto humanos, enfatizando a interdependência entre eles.
- (C) O pronome "ele", no segundo período, estabelece uma referência ambígua que pode remeter tanto a "ecossistema" quanto a "ambiente", dificultando a clareza do que exatamente precisa ser conservado.
- (D) O termo "esse ambiente" refere-se ao "ecossistema" mencionado no início, indicando um local específico onde as mudanças climáticas produzem impacto direto sobre a biodiversidade e as comunidades humanas.
- (E) A palavra "ele" remete a "mudanças climáticas", apontando que a preservação das condições climáticas adequadas garante a sustentabilidade das atividades econômicas e a proteção à saúde humana.

Questão 03

Considere as palavras "desigualdades" e "biodiversidade". Com base na análise morfológica, identifique a alternativa que descreve corretamente os

processos de formação e a estrutura dessas palavras:

- (A) As palavras "desigualdades" e "biodiversidade" são neologismos formados pela composição de prefixos e radicais latinos, aos quais se adicionam sufixos (-dade) para formar substantivos abstratos que designam condições específicas, o que confere a ambos os termos um significado aplicável a várias áreas do conhecimento.
- (B) Ambas as palavras são formadas por derivação sufixal, uma vez que os sufixos "-dade" e "-s" foram acrescentados aos radicais "igual" e "diverso", respectivamente, de modo a designar condições sociais e ecológicas diversas e inter-relacionadas.
- (C) A formação de "desigualdades" envolve o processo parassintético em que "des" indica negação; já "biodiversidade" envolve o processo de composição por justaposição, em que cada uma das partes da palavra "bio" e "divers" são formadas por prefixo e radical, respectivamente.
- (D) As palavras "desigualdades" e "biodiversidade" são exemplos de derivação prefixal e sufixal, sendo formadas pela adição de um prefixo "des-" e "bio-" aos radicais "igual" e "diverso", respectivamente, e finalizadas com o sufixo nominal "-dade", que indica uma condição ou qualidade.
- (E) A palavra "desigualdades" é formada por derivação prefixal e sufixal, em que o prefixo "des-" e o sufixo "-dade" se agregam ao radical "igual", enquanto "biodiversidade" é um neologismo híbrido, formado pela junção do prefixo grego "bio-" com o radical latino "divers" e o sufixo "-idade", que forma substantivos abstratos.

Questão 04

Analise proposições que seguem e marque V, para verdadeiras, e F, para falsas, com base no texto:

(__) O Brasil já está experienciando os efeitos da crise climática, como a seca histórica na Amazônia e chuvas torrenciais no Sul, confirmando que os impactos previstos por especialistas globais e painéis internacionais já fazem parte do presente, e não do futuro.

(__) Apesar de o Acordo de Paris estar em vigor desde 2016, o mundo foi incapaz de conter o aumento das emissões de gases de efeito estufa, o que resultou na manutenção do aquecimento global em níveis controlados, com expectativas de aumentos de temperatura de no máximo 1,5°C.

(__) A crise da biodiversidade e as questões sociais não estão diretamente relacionadas à crise climática, sendo tratadas de forma separada no texto, sem implicações mútuas sobre o agravamento dos impactos ambientais ou sociais.

(__) O Código Florestal, embora seja a principal política pública brasileira de conservação da vegetação nativa, precisa ser revisado para adequar-se à urgência da crise climática e da biodiversidade, bem como para mitigar os

seus impactos sociais.

(___)O conceito de "paisagens multidimensionais interconectadas", apresentado no texto, oferece uma abordagem inovadora que propõe a integração de áreas urbanas, agrícolas e naturais de forma sustentável, equilibrando a preservação ambiental com o uso econômico dessas áreas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F – V – F.
- (B) F – V – V – V – V.
- (C) V – F – F – V – V.
- (D) V – F – V – F – F.
- (E) V – V – V – F – V.

Questão 05

Considerando o texto "Crises climática, social e da biodiversidade", analise as seguintes alternativas e assinale a que representa corretamente a tese defendida pelo autor:

- (A) A interdependência entre as crises climática, social e da biodiversidade sugere que as soluções devem ser implementadas de forma integrada, considerando como cada uma dessas dimensões afeta e é afetada pelas outras, promovendo um desenvolvimento sustentável que contemple a equidade social.
- (B) O aumento das emissões de gases de efeito estufa e os eventos climáticos extremos são problemas que, embora interligados, podem ser abordados de maneira fragmentada, priorizando o desenvolvimento econômico em detrimento de uma abordagem integrada com as crises sociais e de biodiversidade.
- (C) A preservação ambiental é um objetivo de longo prazo que deve ser alcançado por meio de investimentos financeiros robustos, enquanto a mitigação das desigualdades sociais e dos impactos da crise climática podem ser abordadas em momentos distintos e não precisam necessariamente estar interligadas.
- (D) A urgência da crise climática requer uma resposta imediata, e as questões sociais, embora relevantes, podem ser tratadas separadamente, focando em soluções tecnológicas que não necessariamente integram a conservação da biodiversidade.
- (E) A análise das crises climática, social e da biodiversidade deve se concentrar na necessidade de revisões legislativas e políticas públicas isoladas, sendo cada crise tratada com estratégias específicas que não necessariamente se inter-relacionam.

Questão 06

A partir dos trechos, identifique a alternativa em que o uso de "porque", "por que", "porquê" e "por quê" está correto de acordo com o contexto e as normas gramaticais:

- (A) O governo precisa explicar **por que** não adota medidas coordenadas para mitigar a crise climática. Assim, as pessoas podem entender o **por quê** da situação alarmante.
- (B) No Brasil, pouco se questiona **por que** as mudanças climáticas e as crises sociais não recebem atenção coordenada. Esse é o principal **porquê** da falta de integração nas políticas e das estratégias limitadas.
- (C) As políticas de preservação são importantes, mas pouco se discute **por que** suas implementações não são efetivas e **porque** não há esforços conjuntos para enfrentar a crise ambiental e social.
- (D) A crise ambiental e social gera questionamentos importantes sobre **por quê** não há ações mais integradas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e os motivos **porque** não se adotam estratégias interligadas.
- (E) As autoridades frequentemente não investem em ações preventivas. O **porquê** das crises climáticas não serem enfrentadas está ligado à falta de interesse. Porém, a população tem o direito de saber **porque** essas medidas são tão raras.

Questão 07

Com base no uso dos conectivos no texto, assinale a alternativa que apresenta a utilização correta dos conectivos **e**, **apesar de**, **entretanto** e **sobretudo** para estruturar as ideias expostas pelo autor:

- (A) O texto argumenta que crises climáticas e sociais estão interligadas; entretanto, as políticas públicas brasileiras não reconhecem essa interdependência, sobretudo as ambientais que não têm relação com a situação.
- (B) A preservação dos ecossistemas é crucial, e sobretudo mitigar os impactos das mudanças climáticas, entretanto, o desenvolvimento sustentável apesar de desafiador pode, mas, trazer soluções a longo prazo.
- (C) As emissões de gases de efeito estufa continuam alarmantes e, apesar de haver políticas de conservação em vigor, os resultados permanecem insuficientes, mostrando que ainda é necessário um esforço mais significativo.
- (D) Apesar de o Brasil enfrentar desafios ambientais graves, sobretudo devido ao desmatamento, e à emissão de gases de efeito estufa, entretanto, as medidas adotadas até agora são insuficientes.
- (E) As crises climática, social e da biodiversidade estão interligadas, e apesar de iniciativas existirem, elas são sobretudo tratadas de forma isolada, entretanto uma resposta eficaz não acontece.

Questão 08

Considere o trecho:

Embora o autor mencione problemas sociais e ambientais atuais, o foco principal do texto é fornecer uma análise jurídica sobre o Código Florestal brasileiro,

buscando uma revisão legislativa sem envolver questões éticas ou debates sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e justiça social.

No contexto, o conectivo "embora" estabelece uma relação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a relação estabelecida pelo conectivo "embora":

- (A) Concessão, pois apresenta uma ideia contrária à principal, sugerindo que, apesar de o texto abordar problemas sociais e ambientais, seu foco principal está em outro aspecto.
- (B) Comparação, pois o trecho compara a análise jurídica com os problemas sociais e ambientais, sugerindo que um é mais importante que o outro.
- (C) Causa e consequência, pois indica que a menção a problemas sociais e ambientais é consequência de uma análise jurídica sobre o Código Florestal.
- (D) Adversidade, uma vez que apresenta uma ideia contrária à oração principal.
- (E) Adição, pois adiciona informações sobre os problemas sociais e ambientais aos temas tratados no texto.

Questão 09

Leio o trecho que segue:

"Eventos extremos, como a histórica seca de 2023-2024 na Amazônia e as chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul em abril, são sinais de uma emergência climática que já deixou de ser uma previsão futura: é a realidade concreta e urgente do país".

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a análise sintática da oração "**são sinais de uma emergência climática**":

- (A) É uma oração composta, apresenta sujeito simples ("eventos extremos") e predicado verbal, com o verbo "são" atuando como verbo de ligação.
- (B) É uma oração simples, composta por sujeito simples ("eventos extremos"), verbo de ligação ("são"), predicativo do sujeito ("sinais") e complemento nominal ("de uma emergência climática").
- (C) É uma oração simples, com sujeito simples ("sinais") e predicado verbal, sendo "de uma emergência climática" um adjunto adverbial de causa.
- (D) É uma oração simples, com sujeito composto ("histórica seca e chuvas torrenciais"), verbo de ligação ("são") e predicado nominal ("sinais").
- (E) É uma oração simples, composta por sujeito (oculto), verbo de ligação ("são"), predicativo do sujeito ("sinais") e adjunto adnominal ("de uma emergência climática").

Questão 10

Considere os trechos a seguir, que foram adaptados do texto original. Assinale a alternativa que apresenta a utilização correta da crase, conforme a norma culta da

língua portuguesa:

- (A) A resposta à crise climática deve ser rápida e efetiva, a fim de garantir um futuro sustentável à próxima geração.
- (B) A urgência à enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas requer uma abordagem inovadora e colaborativa entre diferentes setores da sociedade.
- (C) Os eventos extremos, como a histórica seca à Amazônia e as chuvas torrenciais à Rio Grande do Sul, evidenciam uma emergência climática.
- (D) O aumento das emissões de gases de efeito estufa contribui para o aquecimento global, o que gera consequências à sociedade e ao meio ambiente. Logo é preciso agir quanto à essa questão!
- (E) O prolongamento das estações secas, somado a ondas de calor, cria situações propícias à incêndios de grandes proporções.

Legislação

Questão 11

A Lei Orgânica do Município de Brusque, em seu art.24, afirma que compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I.Exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município.

II.Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

III.Julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 12

De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, o Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal e compõe-se de vereadores eleitos pelo voto direto e secreto, com as seguintes funções:

- (A) Função arrecadadora, Função jurisdicional, Função de planejamento, Função organizacional e Função disciplinar.
- (B) Função legislativa, Função de fiscalização financeira, Função de controle externo, Função julgadora e Função administrativa.

- (C) Função orçamentária, Função de auditoria interna, Função de gestão patrimonial, Função consultiva e Função deliberativa.
- (D) Função regulamentar, Função executiva, Função normativa, Função fiscalizadora e Função de ouvidoria.
- (E) Função de controle interno, Função representativa, Função investigativa, Função mediadora e Função sancionadora.

Questão 13

Conforme a Lei Orgânica do Município de Brusque, fica fixado em _____ o número de Vereadores da Câmara Municipal de Brusque. O número de habitantes a ser utilizado como base de cálculo para fixação do número de Vereadores será fornecido mediante certidão pelo _____.

Assinale a alternativa que correta e respectivamente preenche a lacuna no excerto:

- (A) 19 (dezenove); Departamento Municipal de Estatística e Demografia.
- (B) 21 (vinte e um); Secretaria de Estado da Administração.
- (C) 13 (treze); Tribunal Regional Eleitoral.
- (D) 15 (quinze); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (E) 17 (dezesete); Cartório de Registro Civil.

Questão 14

Considerando-se o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I.Com a finalidade de examinar a matéria em tramitação na Câmara e sobre ela emitir parecer ou proceder a estudos acerca de assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração, as Comissões, órgãos técnicos, serão compostos de no mínimo 5 (cinco) vereadores.

AO ENCONTRO DISSO

II. As Comissões se constituirão em Permanentes, que são aquelas que permanecem durante toda a Legislatura e se renovam a cada um ano, permitida a reeleição, e Temporárias, que são aquelas que se extinguem com o término da Legislatura, ou antes, quando preenchidos os fins para os quais foram constituídas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma complementação correta da I.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma complementação correta da I.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.

- (E) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

Questão 15

Com base no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, analise as afirmativas acerca da Lei Orgânica:

I.A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de 2/3 (dois terços) no mínimo, dos membros da Câmara.

II.A Lei Orgânica poderá ser emendada na vigência de intervenção no município.

III.A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 16

Conforme o art. 157, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dentre outros, será considerado como de exercício o afastamento em virtude de:

- (A) Viagem para acompanhar cônjuge servidor público transferido, por até 30 dias.
- (B) Participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país.
- (C) Doação de sangue, por duas vezes ao ano.
- (D) Exercício de cargo de direção em empresa privada vinculada ao município, por até 2 anos.
- (E) Realização de trabalho voluntário em entidades assistenciais, até 5 dias por ano.

Questão 17

De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Brusque, as Associações de Classes, Clubes de Serviços ou entidades comunitárias do Município, devidamente legalizadas, poderão solicitar à Presidência da Câmara que lhes permitam pronunciar-se sobre assuntos de relevante interesse público perante o Plenário. Deferido o requerimento, a Câmara Municipal dará ciência à entidade inscrita da data e horário em que o representante fará uso da Tribuna Popular. Ao encontro disso, analise as afirmativas a seguir:

I.Durante suas explanações, o representante poderá ser auxiliado por um ou mais representantes da entidade.

II.Será permitida a abordagem de um tema que não tenha sido expressamente mencionado na inscrição.

III.Poderá ser usada a tribuna da Câmara por período superior a 20 (vinte) minutos na reunião, sob pena de ter a palavra cassada.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

Questão 18

Considerando-se o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, analise as afirmativas a seguir e identifique a correta:

- (A) O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 23 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cem por cento em relação à hora normal de trabalho.
- (B) O trabalho noturno terá um acréscimo de cinquenta por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.
- (C) O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 23 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.
- (D) O trabalho noturno terá um acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho.
- (E) O trabalho noturno terá um acréscimo de cinquenta por cento sobre o vencimento da hora normal do trabalho diurno. Considera-se noturno, o trabalho executado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. Em se tratando de serviço extraordinário, será remunerado com acréscimo de cem por cento em relação à hora normal de trabalho.

Questão 19

Segundo a Lei Orgânica do Município de Brusque, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I.A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o

seu Regimento Interno.

AO ENCONTRO DISSO

II.A sessão legislativa ordinária será interrompida com a deliberação do Projeto de Lei Orçamentária.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma complementação correta da I.
- (B) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (C) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (D) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma complementação correta da I.
- (E) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 20

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I.O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço, fará jus a diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação, locomoção urbana e despesas eventuais de representação.

AO ENCONTRO DISSO

II.Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, não rotineiros, por força das atribuições próprias do cargo, conforme regulamento.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

- (A) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições falsas.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma complementação correta da I.
- (D) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma complementação correta da I.
- (E) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

Segundo a Constituição Federal de 1988, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Sobre o tema, em especial sobre os direitos do trabalhador, analise as assertivas a seguir, considerando V, para verdadeiras, e F, para falsas.

(__) O trabalhador tem direito a um salário mínimo, que será nacional, e capaz de suprir necessidades básicas do indivíduo e de sua família, como saúde, moradia, alimentação, educação, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência.

(__) O trabalhador tem direito a uma remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 30% da normal.

(__) O trabalhador tem direito à irredutibilidade do salário, salvo disposição em convenção ou acordo coletivo.

(__) O trabalhador tem direito a uma jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo orientação diversa decorrente de negociação coletiva.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F – F.
- (B) V – F – F – F.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – V.
- (E) V – F – V – V.

Questão 22

Julgue as seguintes assertivas a respeito do(s) princípio(s) que disciplina(m) o uso da internet no Brasil:

I. Proteção dos dados pessoais e exposição da privacidade.

II. Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal.

III. Preservação e garantia da parcialidade de rede.

IV. Preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas.

V. Preservação da natureza elitista da rede.

De acordo com o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), é correto o que se propõe em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, III e V, apenas.

(D) II e IV, apenas.

(E) II, IV e V, apenas.

Questão 23

Sobre a organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

(A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei ordinária, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

(B) Os Estados poderão, mediante resolução, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

(C) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, possibilitada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

(D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(E) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelos sistemas de controle externo do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Questão 24

Sobre a prescrição e a decadência no Código Civil, julgue as seguintes assertivas:

I. A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

II. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.

III. Prescreve em um ano a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

IV. Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II, apenas.

Questão 25

De acordo com as regras de comunicação oficial e redação legislativa e as técnicas de redação oficial e elaboração de correspondências institucionais, julgue as seguintes assertivas:

I. Ofício, ao contrário do memorando, é uma comunicação externa escrita que as autoridades fazem entre si, com instituições públicas e privadas, e com particulares, em caráter oficial.

II. Quando for necessário, o memorando poderá ter o preenchimento manuscrito.

III. O conteúdo de um ofício deve tratar de matéria administrativa ou de mero encaminhamento. Pode veicular também assunto de caráter pessoal entre as autoridades, oriundo do relacionamento da autoridade com particulares, em virtude do cargo ou função.

IV. O ofício normalmente é enviado a um único receptor, mas o assunto de que trata pode exigir que mais receptores tomem-lhe ciência. Quando assim for, o ofício terá tantas cópias quantos forem os receptores e se chamará ofício circular.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 26

Sobre o regramento constitucional e infraconstitucional das normas tributárias e dos tributos federais, estaduais e municipais, julgue as seguintes assertivas:

I. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, sobre propriedade de veículos automotores e sobre serviços de qualquer natureza.

II. De acordo com a Constituição Federal, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana pode ser progressivo em razão do valor do imóvel.

III. De acordo com a Constituição Federal, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades religiosas sejam apenas locatárias do bem imóvel.

IV. Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte intermunicipal.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.

(D) I, II, III e IV.

(E) I e III, apenas.

Questão 27

Sobre a intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta:

- (A) A tredestinação lícita é a hipótese em que é dada outra finalidade pública a um bem desapropriado, justificando a retrocessão, e ela pode ocorrer também quando o imóvel foi desapropriado para a implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda.
- (B) Somente os bens de natureza material estão sujeitos a tombamento.
- (C) Normalmente, a ocupação temporária de um bem particular não enseja o direito à indenização, mesmo que se trate de ocupação temporária vinculada à desapropriação (artigo 36 do Decreto-lei n. 3.365-41).
- (D) Na vigência do estado de defesa é cabível a requisição de bens, pois ocorre em caso de iminente perigo público.
- (E) Enquanto a servidão administrativa incide sobre a propriedade particular e tem natureza jurídica de direito real, a limitação administrativa incide sobre a liberdade e propriedade do indivíduo e tem natureza de direito pessoal.

Questão 28

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, julgue as seguintes assertivas:

I. Como regra, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

II. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

III. A indisponibilidade de bens decorrente do inadimplemento do crédito tributário limitar-se-á ao dobro do valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I, II e III.

Questão 29

Sobre a disciplina da obrigação tributária, do lançamento e do crédito tributário, julgue as seguintes assertivas:

I.A atividade administrativa de lançamento é discricionária e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

II.Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente; determinar a matéria tributável; calcular o montante do tributo devido; identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

III.O lançamento por declaração, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

IV.Tanto a obrigação principal quanto as obrigações acessórias exigem o lançamento para que sua exigibilidade seja caracterizada.

É correto o que se afirma em:

(A) I, III e IV, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) II, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Questão 30

Sobre a concessão, permissão e autorização de uso de bens públicos, assinale a alternativa correta:

(A) A permissão de uso de bem público é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual o Poder Público defere o uso privativo de um bem público a determinado particular em atenção a interesse predominantemente público.

(B) O concessionário de uso de bem público, em qualquer de suas modalidades, detém a posse *ad usucapionem*, mas não detém a posse *ad interdicta*.

(C) A concessão de uso de bem público é sempre ato vinculado, pois realizada mediante procedimento licitatório prévio, ou seja, independente de juízo de valor por parte da Administração Pública.

(D) O pedido de autorização para instalação de mesas de bar na calçada, em frente a determinado estabelecimento comercial privado, qualifica uma permissão de uso de bem público.

(E) A concessão de uso de bem público é o contrato administrativo bilateral pelo qual o Poder Público outorga, mediante prévia licitação, o uso privativo e obrigatório de bem público a particular, por prazo determinado. Nesse caso, eventual rescisão antecipada do contrato pode ensejar dever de indenizar, ainda que tenha havido culpa do concessionário.

Questão 31

Leia o seguinte excerto:

"Há 10 anos o uso da internet no Brasil passou a ter princípios e garantias previstas em lei. O Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) foi criado para estabelecer o direito ao exercício da cidadania nos meios digitais, além da diversidade e da liberdade de expressão na internet. Quando foi sancionado, em 23 de abril de 2014, um dia após sua aprovação pelo Senado, o marco foi reconhecido como uma legislação inovadora e referência internacional. A lei foi pioneira em tratar da neutralidade de redes e da proteção da privacidade e de dados pessoais". (Marco Civil da Internet completa dez anos ante desafios sobre redes sociais e IA. Da Agência Senado. 26/04/2024).

Com base no Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), julgue as seguintes assertivas:

I.Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

II.O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

III.O juiz, nas causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, não poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, pois a tutela jurisdicional, nesses casos, somente poderá ser prestada por meio de sentença transitada em julgado.

IV.O provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros será sempre responsabilizado solidariamente pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado.

É correto o que se afirma em:

(A) II, III e IV, apenas.

(B) I, apenas.

(C) I, II, III e IV.

- (D) I e II, apenas.
(E) III e IV, apenas.

Questão 32

Segundo a Constituição Federal de 1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O STF declarou constitucionais as leis municipais que proíbem a contratação de motoristas particulares por aplicativos (como a Uber, por exemplo).
(B) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia contida, redutível ou restringível.
(C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às empresas de pequeno porte, exclusivamente, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
(D) A obrigatoriedade de fixação de cota de veículos adaptados a pessoas com deficiência nas locadoras de veículos contraria o princípio da livre iniciativa.
(E) defesa do consumidor, além de princípio da ordem econômica estabelecido na Constituição Federal de 1988, é direito difuso.

Questão 33

Sobre o processo administrativo federal, disciplinado na Lei n. 9.784/99, analise as assertivas a seguir, considerando V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A instauração do processo administrativo federal pode se dar por portaria, auto de infração, representação ou despacho inicial da autoridade competente, ou ainda por requerimento ou petição a pedido do interessado.

() Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de audiência pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

() Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada consulta pública para debates sobre a matéria do processo.

() O recurso administrativo no processo administrativo federal admite *reformatio in pejus*.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – V.
(B) F – V – V – F.

(C) V – V – V – F.

(D) V – F – F – F.

(E) F – F – V – V.

Questão 34

De acordo com as regras de comunicação oficial e redação legislativa e as técnicas de redação oficial e elaboração de correspondências institucionais, julgue as seguintes assertivas:

I.O relatório é uma manifestação de órgãos técnicos e jurídicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. Tem caráter meramente opinativo e o que subsiste como ato administrativo não é o relatório, mas, sim, o ato de sua aprovação.

II.O parecer é o documento oficial que expõe ou narra, de forma concisa, clara e objetiva, um fato ou uma atividade desenvolvida pelo órgão, entidade ou servidor, com a discriminação de todos os aspectos pertinentes ao fato ou atividade objeto do parecer.

III.O parecer é normativo a partir do momento em que a autoridade que o aprovou converte-o em norma de procedimento interno, tornando-o impositivo e vinculante para todos os órgãos subordinados.

IV.Há várias espécies de relatório. Uma delas é o relatório de rotina e inspeção, elaborado em razão da rotina do trabalho por assessorias, diretorias, gerências e servidores incumbidos de tarefas específicas (inspetores, fiscais e supervisores).

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.
(E) III e IV, apenas.

Questão 35

De acordo com as regras jurídicas sobre o Decoro Parlamentar, as imunidades e prerrogativas parlamentares dos vereadores e a perda do mandato, julgue as seguintes assertivas:

I.O abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador, ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais são crimes assim definidos por lei, mas não se consideram incompatíveis com o decoro parlamentar por possuírem previsão legal específica. Além disso, não se pode punir a mesma conduta de duas formas jurídicas diferentes.

II.O abuso do poder econômico no processo eleitoral e celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a à contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou Regimentais dos Vereadores são considerados atos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar.

III.Fraudar o registro de presença às Sessões da Câmara de Vereadores é considerada uma infração

administrativa, mas não chega a caracterizar ato incompatível com a ética e o decoro parlamentar.

IV. Incitar pessoas ou segmentos da população contra decisão soberana do Plenário ou contra qualquer dos integrantes da Câmara de Vereadores é uma conduta atípica, que não é incompatível com o decoro parlamentar por força do direito fundamental à liberdade de expressão e da livre manifestação de pensamento.

V. O Vereador denunciado terá o prazo de três Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores para apresentar defesa escrita e provas à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Esgotado o prazo, sem apresentação de defesa, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la reabrindo-lhe igual prazo.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e V, apenas.
- (B) II e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

Questão 36

Sobre o licenciamento ambiental e de acordo com o Código Estadual do Meio Ambiente de SC (Lei Estadual n. 14.675/2009), julgue as seguintes assertivas:

I. Quando a atividade de licenciamento ambiental for exercida por Município, deverão ser adotados os mesmos procedimentos utilizados pelo órgão estadual do meio ambiente para o licenciamento de determinada atividade ou empreendimento. Todavia, as taxas cobradas para o licenciamento ambiental exercido pelo Município, dada a autonomia dos entes municipais, poderão ser livremente fixadas.

II. É obrigatória a elaboração de parecer técnico embaixador da negação das licenças e autorizações, emitido por profissional qualificado e habilitado pelo órgão competente. Esse parecer técnico embaixador de licença ambiental ou autorização deve conter, dentre outros requisitos, a indicação dos principais impactos sobre o meio ambiente local e a definição de medidas mitigadoras aos impactos indicados. Não é necessária a emissão de parecer técnico para a concessão das licenças ou autorizações.

III. São consideradas atividades estratégicas para análise de licenciamento ambiental aquelas relativas à proteção e à reabilitação do meio ambiente ou ao desenvolvimento social e econômico do Estado, tais como as obras públicas e o saneamento e gestão de resíduos.

IV. Quando o requerente tiver protocolado pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos e ainda não tiver obtido resposta a este pedido, o órgão ambiental licenciador não poderá negar o licenciamento do empreendimento ou atividade.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 37

Considerando as hipóteses de exclusão do crédito tributário, julgue as seguintes assertivas:

I. As hipóteses de exclusão do crédito tributário impedem que esse seja constituído.

II. A anistia, a prescrição e a decadência são hipóteses de exclusão do crédito tributário.

III. A exclusão do crédito tributário não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal. Ou seja, ainda que isento, um contribuinte deve continuar emitindo notas fiscais e escriturando livros fiscais, dentre outras.

IV. A imunidade e a isenção, do ponto de vista do Direito Tributário, são idênticas, sendo a única diferença relevante o fato de que a isenção somente pode ser concedida pela Constituição Federal.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

Questão 38

De acordo com as regras de comunicação oficial e redação legislativa e as técnicas de redação oficial e elaboração de correspondências institucionais, julgue as seguintes assertivas:

I. O memorando é uma modalidade de comunicação entre órgãos administrativos diferentes e, por ter caráter vinculante, tem por objetivo comunicar um comando obrigatório.

II. As características principais do memorando são a agilidade na tramitação e a simplicidade de procedimentos burocráticos. Além disso, o memorando é de competência dos titulares dos órgãos, diretores e gerentes, ou de quem detiver a autorização destes, expedir comunicações internas, observando sempre a hierarquia.

III. A linguagem do memorando deve ser clara e concisa, para que a comunicação interna preencha devidamente a sua função.

IV. O memorando, ou comunicação interna, é sempre direcionado a um único receptor.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.

- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.

Questão 39

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as assertivas a seguir:

I.É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

II.É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, vedada a censura ou licença.

III.A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

IV.Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 40

Sobre o controle de constitucionalidade, mais precisamente o controle difuso, assinale a alternativa correta:

- (A) No controle difuso, os efeitos da decisão serão *inter partes e ex nunc*.
- (B) É competência privativa do Senado Federal, mediante a edição de decreto, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.
- (C) Não se admite a manifestação de outros órgãos ou entidades (*amicus curiae*) no controle difuso de constitucionalidade.
- (D) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (E) A cláusula de reserva de plenário aplica-se às Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

Questão 41

Sobre o crime de peculato, analise as assertivas a seguir:

I.Há quatro modalidades de peculato previstas no Código Penal: peculato apropriação; peculato desvio; peculato furto; peculato culposo. As duas primeiras (apropriação e desvio) são conhecidas como peculato próprio, e a terceira (peculato furto), como peculato impróprio.

II.Em todas as modalidades de peculato, o bem jurídico tutelado é a Administração Pública.

III.É pressuposto do crime de peculato a posse da coisa pela Administração Pública, ou seja, o dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel precisa estar na posse lícita do funcionário público.

IV.Se um particular equivocadamente entrega dinheiro a um funcionário público, em razão do seu cargo, e o funcionário se apropria deste dinheiro, estará caracterizado o peculato na modalidade peculato desvio.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 42

Sobre os crimes contra a administração pública previstos no Código Penal, analise as assertivas a seguir, considerando V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__)Os crimes funcionais dividem-se em próprios e impróprios (ou mistos). Crimes funcionais próprios são aqueles em que a condição de funcionário público no tocante ao sujeito ativo é indispensável à tipicidade do fato. A ausência desta condição conduz à atipicidade absoluta. Já nos crimes funcionais impróprios (ou mistos), a falta da condição de funcionário público pelo agente importa na desclassificação para outro delito.

(__)Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. Por isso, é impossível a imputação de um crime funcional próprio a um particular, apenas nos casos em que são cometidos crimes funcionais impróprios.

(__)Para fins penais, equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

(__)A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes contra a administração pública forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência

correta:

- (A) V – F – V – V.
- (B) F – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – V – F – F.

Questão 43

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, que relaciona as concepções principais sobre constituição com seus respectivos autores:

Primeira coluna: autor

1. Concepção sociológica, de Ferdinand Lassale
2. Concepção política, de Carl Schmitt
3. Concepção jurídica, de Hans Kelsen

Segunda coluna: concepções

(___) A constituição real é a soma dos fatores reais de poder, ou seja, das relações de poder que existem na sociedade. A constituição jurídica é diversa da constituição real, aquela é norma jurídica emanada do Estado, uma folha de papel.

(___) A Constituição é uma decisão política fundamental, da qual pode ser feita uma norma jurídica ou não.

(___) A Constituição é uma lei, a mais importante do ordenamento jurídico e o pressuposto de validade de todas as leis.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 3 – 1.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 1 – 3 – 2.
- (E) 1 – 2 – 3.

Questão 44

Assinale a alternativa que contém algum ou alguns dos princípios que devem ser observados pelas atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018):

- (A) Qualidade dos dados, ou seja, garantia, aos titulares, da relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento. Essa garantia não abrange a exatidão e a clareza, que dependem do próprio titular dos dados.
- (B) Prevenção, por meio da rejeição de medidas que previnam a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

- (C) Segurança, pela utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- (D) Liberdade de expressão, com a possibilidade de realização do tratamento para fins ilícitos ou abusivos, desde que feitas as advertências legais cabíveis.
- (E) Transparência, que vem a ser a garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, independentemente dos segredos comerciais e industriais.

Questão 45

Considerando as regras do Código Civil sobre o direito das obrigações, julgue as seguintes assertivas:

I. Os princípios de probidade e boa-fé são de observância obrigatória aos contratantes apenas durante a execução do contrato. Concluído o contrato, as partes estão livres do vínculo e da obediência a esses princípios.

II. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.

III. Por força da aplicação do princípio da liberdade contratual, nos contratos de adesão, são plenamente válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

IV. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

É correto o que se propõe em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) IV, apenas.

Questão 46

Considerando a Política Nacional do Meio Ambiente, disciplinada pela Lei n. 6.938/1981, julgue as seguintes assertivas:

I. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

II. A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, e temporária. Ou seja, a servidão ambiental não poderá ser perpétua ou por prazo indeterminado em respeito ao direito fundamental de propriedade, previsto na Constituição Federal.

III.O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental. A fabricação de equipamentos antipoluidores, entretanto, não é abrangida por esses incentivos públicos, cabendo à iniciativa privada explorar esse nicho de mercado.

IV.O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental deve ser objeto de averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

Questão 47

Sobre o controle de constitucionalidade, analise as assertivas a seguir, considerando V, para verdadeiras, e F, para falsas.

(__)A terminologia "estado de coisas inconstitucional" foi utilizada pelo STF para se referir a situações em que está presente um quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, como é o caso do sistema penitenciário nacional.

(__)Segundo a Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Trata-se de um controle posterior ou repressivo exercido pelo Poder Legislativo.

(__)Órgãos administrativos autônomos de controle, como o TCU, o CNJ e o CNMP, exercem controle difuso de constitucionalidade.

(__)O controle difuso, repressivo, ou posterior, é também chamado de controle pela via de exceção ou defesa, ou controle aberto, sendo realizado por qualquer juízo ou tribunal do Poder Judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – V – F – V.

Questão 48

Considerando as regras do Código de Defesa do Consumidor, julgue as seguintes assertivas:

I.As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

II.O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

III.São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que garantam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga.

IV.Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé ou não, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 49

Considerando a disciplina do Código Tributário Nacional em relação ao crédito tributário, julgue as seguintes assertivas:

I.São causas de suspensão do crédito tributário a moratória, a concessão de medida liminar em mandado de segurança e a transação.

II.O pagamento extingue o crédito tributário, enquanto o depósito do montante integral do crédito o suspende.

III.A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em ação de conhecimento exclui o crédito tributário.

IV.O parcelamento suspende o crédito tributário, ao contrário da decisão judicial transitada em julgado, que o extingue.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 50

Considerando as disposições do Código Civil sobre a personalidade e a capacidade das pessoas naturais, julgue as seguintes assertivas:

I.A personalidade civil da pessoa começa com a concepção, e a lei põe a salvo, desde esse momento, os

direitos do nascituro.

II.São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

III.A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

IV.Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

É correto o que se afirma em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

Questão 51

De acordo o que estabelece a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n. 12.527/2011), julgue as seguintes assertivas:

I.O órgão ou entidade pública poderá exigir a indicação especificada dos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

II.O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido da informação deverá, se for esse o caso, comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

III.Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

IV.É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso à informação solicitada, por certidão ou cópia.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 52

Acerca da temática servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) A reversão consiste na investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- (B) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, sendo criado e extinto por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento apenas em caráter efetivo.
- (C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período. Segundo o STJ, há direito subjetivo à nomeação quando o candidato estiver dentro do número de vagas previstas no edital e desde que válido o certame.
- (D) São denominados de particulares voluntários ou agentes honoríficos os particulares que em determinado momento exercem função pública, como os mesários em época de eleição e os jurados no Tribunal de Júri.
- (E) O aproveitamento é um tipo de provimento originário que consiste no retorno do servidor em disponibilidade, sendo obrigatório seu regresso em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com os do anteriormente ocupado.

Questão 53

De acordo com as regras jurídicas sobre as incompatibilidades e a perda de mandato dos Vereadores, julgue as seguintes assertivas:

I.Os Vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara de Vereadores sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas a quem confiaram ou de quem receberam informações.

II.É permitido ao Vereador, desde a expedição do diploma, firmar contrato com o Município de Brusque, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público, em qualquer situação.

III.É proibido ao Vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com a pessoa de direito público do Município ou nela exercer função remunerada.

IV.Perderá o mandato o Vereador que fixar residência fora do Município ou que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

(E) II, apenas.

Questão 54

Sobre os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) A autoexecutoriedade é atributo conferido a todos os tipos de atos administrativos.
- (B) É inadmissível o controle judicial a posteriori sobre a execução material dos atos administrativos, pois viola o atributo da autoexecutoriedade.
- (C) A imperatividade (ou coercibilidade) está presente em todos os tipos de atos administrativos.
- (D) A autoexecutoriedade é o atributo que permite que a Administração Pública realize a execução material dos atos administrativos, ou seja, além de punir o particular, ela desfaz concretamente a situação ilegal, constituindo um mecanismo de coerção direta.
- (E) A presunção de legitimidade do ato administrativo é uma presunção absoluta.

Questão 55

Considerando o tema da colaboração premiada, assinale a alternativa correta:

- (A) É possível que o início das tratativas sobre a colaboração premiada possa ser realizado sem a presença de advogado constituído ou defensor público, sendo facultado ao réu dispensar a assistência.
- (B) A proposta de acordo de colaboração premiada poderá ser sumariamente indeferida, independentemente da devida justificativa, mas cientificando-se o interessado.
- (C) O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação.
- (D) No acordo de colaboração premiada, o colaborador não é obrigado a narrar todos os fatos ilícitos para os quais concorreu, pois ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo.
- (E) Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, desde que esse benefício tenha sido previsto na proposta inicial.

Questão 56

Sobre a nacionalidade, analise as assertivas a seguir, considerando V, para verdadeiras, e F, para falsas.

(___) Lei municipal pode tratar de nacionalidade, pois é

matéria de direito fundamental, constitui o vínculo jurídico e político de uma pessoa com um Estado, portanto, trata-se de competência legislativa concorrente.

(___) Criança nascida no Brasil, tendo como pai o embaixador de outro país, que está no Brasil a serviço desse outro país, será brasileira.

(___) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(___) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – F – V – F.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – F – F – V.

Questão 57

Sobre as fases do processo legislativo segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) A CF de 1988 consagrou a iniciativa popular de leis no seu artigo 61, parágrafo 2º. São requisitos da iniciativa popular: mínimo de 3% do eleitorado nacional; assinantes distribuídos em pelo menos cinco Estados; mínimo de 0,3% de assinaturas do eleitorado de cada um dos Estados.
- (B) No caso dos Territórios, compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de leis para organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal.
- (C) A fase introdutória do processo legislativo diz respeito à iniciativa das leis. A iniciativa pode ser reservada, ou seja, somente órgãos ou autoridades específicas podem propô-la; ou vinculada, caso em que a apresentação do projeto é exigida em data ou prazo certo. A iniciativa pode ser também exclusiva ou concorrente. Será exclusiva ou singular quando sobre determinada matéria apenas algum ou alguns legitimados possam apresentar o respectivo projeto; será concorrente ou plúrima quando a iniciativa pertencer a diversos legitimados concomitantemente.
- (D) Cabe ao Congresso Nacional, independente da sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- (E) É inadmissível a apresentação de emendas parlamentares ao projeto de orçamento anual.

Questão 58

Em um departamento da Câmara Municipal, uma servidora recém-empossada identificou que alguns procedimentos administrativos poderiam ser otimizados através da implementação de um novo sistema digital. Ao apresentar sua sugestão durante uma reunião, percebeu resistência de colegas mais antigos, que argumentaram: "Sempre fizemos assim e funciona". A servidora também notou que alguns colegas começaram a se mostrar menos receptivos após sua proposta. Considerando as relações humanas no ambiente de trabalho e a gestão de mudanças organizacionais, analise a situação apresentada e identifique a correta:

- (A) A servidora deveria buscar apoio direto da chefia superior para implementar as mudanças, uma vez que inovações tecnológicas são inevitáveis e os servidores resistentes precisam se adaptar às novas realidades do serviço público.
- (B) A implementação de mudanças em ambientes organizacionais requer uma abordagem que considere tanto os aspectos técnicos quanto os relacionais, sendo fundamental desenvolver um processo gradual de sensibilização, demonstrando na prática os benefícios das mudanças propostas e valorizando a experiência prévia dos servidores mais antigos na construção coletiva de soluções.
- (C) A servidora deveria apresentar sua proposta apenas após completar um período maior de adaptação no setor, pois sugestões de mudanças vindas de funcionários novatos podem ser interpretadas como críticas aos métodos estabelecidos pelos servidores mais experientes.
- (D) O mais adequado seria a servidora concentrar-se em aprender os procedimentos existentes e aguardar que a própria chefia proponha eventuais mudanças nos processos de trabalho, respeitando assim a hierarquia organizacional.
- (E) A resistência dos colegas mais antigos demonstra que as mudanças propostas são inadequadas para o setor, sendo mais prudente manter os procedimentos que já demonstraram eficácia ao longo do tempo.

Questão 59

Uma Câmara Municipal recebeu um requerimento de um cidadão solicitando acesso aos dados pessoais que constam em um processo administrativo arquivado. No documento, estão registradas informações sobre sua participação em uma audiência pública realizada há dois anos, incluindo sua manifestação oral, dados de contato e documento de identificação. O setor responsável identificou que, no mesmo processo, constam dados pessoais de outros cidadãos que também participaram da audiência. Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e sua aplicação no setor público, analise a situação apresentada:

- (A) A solicitação deve ser indeferida para proteger os dados pessoais dos demais participantes da audiência pública, orientando o requerente a solicitar apenas uma certidão confirmando sua participação no evento.
- (B) A Câmara deve fornecer uma cópia integral do processo, considerando que os dados foram coletados em um evento público e, portanto, não estão protegidos pela LGPD.
- (C) O acesso aos dados pessoais solicitados somente poderá ser concedido mediante autorização expressa de todos os titulares de dados que constam no processo administrativo.
- (D) O acesso aos dados deve ser concedido integralmente ao requerente, incluindo as informações de terceiros, pois o princípio da publicidade dos atos administrativos se sobrepõe à proteção de dados pessoais em documentos públicos.
- (E) O cidadão tem direito de acessar seus dados pessoais mediante requerimento, cabendo à Câmara Municipal fornecê-los de forma clara e completa, realizando previamente a anonimização ou supressão dos dados pessoais de terceiros contidos no mesmo documento, preservando assim tanto o direito de acesso do requerente quanto a privacidade dos demais titulares.

Questão 60

No exercício de suas funções, os servidores públicos devem adotar condutas compatíveis com os princípios da ética profissional e da administração pública. Considerando um cenário em que um servidor é convidado a participar de uma reunião com representantes de empresas privadas interessadas em participar de uma licitação para fornecimento de bens à câmara, qual das ações a seguir está mais alinhada aos princípios éticos e às normas que regem a conduta no serviço público?

- (A) Requisitar previamente um termo de confidencialidade das empresas envolvidas, garantindo que qualquer informação discutida permaneça restrita àquela reunião.
- (B) Aceitar o convite para a reunião, mas manter a comunicação exclusivamente verbal, para evitar registros que possam ser interpretados de forma equivocada no futuro.
- (C) Participar da reunião somente na condição de observador, reportando imediatamente à chefia qualquer conduta ou pedido que possa comprometer a integridade do processo licitatório.
- (D) Participar da reunião ativamente, desde que registre todas as discussões de forma detalhada e assuma a responsabilidade por eventuais recomendações técnicas feitas aos representantes das empresas.

- (E) Rejeitar o convite para participar da reunião, independentemente do contexto, para evitar qualquer tipo de envolvimento que possa gerar desconfiança sobre sua atuação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2024**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 25 de novembro de 2024**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br> em Câmara Municipal de Brusque - Concurso Público - Edital n.º 001/2024.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 26 de novembro de 2024 e 23h59min59seg do dia 27 de novembro de 2024**.

Blumenau, 24 de novembro de 2024.